



Sistema de Contas Regionais: Brasil 2019

SCR

 ISBN 978-65-87201-89-4
 © IBGE, 2021

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, desenvolve um programa de trabalho para a construção de um Sistema de Contas, por Unidades da Federação, metodologicamente integrado e, portanto, comparável, no tempo e no espaço, atendendo à demanda por informações regionalizadas. Para tal, a metodologia adotada no Sistema de Contas Regionais - SCR do Brasil é uniforme, por Unidades da Federação, e integrada à utilizada pelo Sistema de Contas Nacionais - SCN do IBGE.

O SCR, em virtude de suas particularidades, estima o Produto Interno Bruto - PIB pelas óticas da produção e da renda, apresentando informações referentes ao processo de produção e geração da renda regionalmente. A ótica da produção mostra o resultado do processo de produção, valor da produção, menos o consumo intermediário, de cujo saldo, o valor adicionado bruto por atividade econômica, somado aos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos resulta o valor do PIB. Pela ótica da renda, o PIB é igual à soma da remuneração dos fatores de produção, isto é, corresponde ao somatório das remunerações dos empregados, do rendimento misto bruto, do excedente operacional bruto e do total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação. Este informativo apresenta comentários analíticos sobre os principais destaques do SCR 2019, com comparações em relação a 2018 e, para alguns aspectos, também em relação a 2002, ano de início da série.

PIB Variação em volume

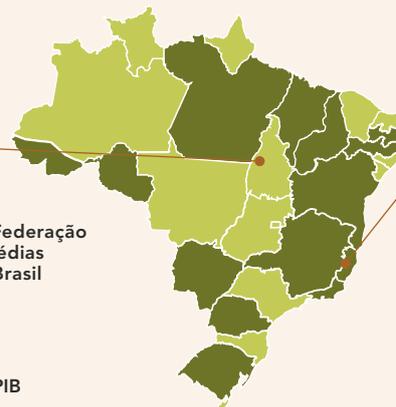
Brasil
1,2%

Maior resultado

Tocantins
5,2%

13 Unidades da Federação com variações médias superiores à do Brasil

2,1%
correspondendo
a **51,6%** do PIB



Menor resultado

Espírito Santo
-3,8%

14 Unidades da Federação com variações médias inferiores à do Brasil

0,3%
correspondendo
a **48,4%** do PIB

PIB per capita

2019



Maior

Distrito Federal
R\$ 90 742,75



Menor

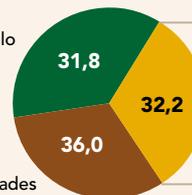
Maranhão
R\$ 13 757,94

Nota: População residente estimada para 1ª de julho de 2019, segundo as Unidades da Federação, enviada ao Tribunal de Contas da União - TCU.

Concentração econômica

Participação no PIB do Brasil (%)
2019

São Paulo



Rio de Janeiro

10,6

Minas Gerais

8,8

Rio Grande do Sul

6,5

Paraná

6,3

Outras 22 Unidades da Federação



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

¹ Por decisão editorial, a partir da edição lançada em 2017, a publicação é divulgada em duas partes. A primeira parte corresponde a este informativo, que apresenta os principais resultados da pesquisa, e é disponibilizado tanto em meio impresso como em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet. A segunda parte é constituída pelo documento de Notas técnicas, que traz considerações de natureza metodológica sobre o levantamento e é veiculada apenas em meio digital (formato PDF) no portal do IBGE na Internet, no endereço: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>>.

PIB pela ótica da produção

Variações em volume

O PIB do Brasil teve aumento em volume de 1,2% em 2019, na comparação com o ano anterior. Esse foi o terceiro ano consecutivo de crescimento em volume, depois da variação de 1,3%, em 2017, e de 1,8%, em 2018. Em relação aos componentes do PIB pela ótica da produção, o valor adicionado bruto apresentou variação de 1,0% e os impostos, líquidos de subsídios, sobre os produtos cresceram 2,7%.

Entre as 27 Unidades da Federação, 22 delas registraram crescimento em volume do PIB, Minas Gerais ficou estável e as quatro demais apresentaram queda.

Entre os três grandes grupos de atividades, a *Agropecuária* variou 0,4%, a *Indústria* retraiu 0,7% e os *Serviços* cresceram 1,5%.

Na *Agropecuária*, as atividades de *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita e Produção florestal, pesca e aquicultura* ficaram estáveis entre 2018 e 2019. Na primeira atividade, o aumento em volume verificado em segmentos importantes da produção agrícola nacional, como cultivo de cereais e de algodão, foi parcialmente compensado pelas quedas de outros setores também relevantes, como cultivo de soja e de café. Por sua vez, em *Produção florestal, pesca e aquicultura*, a estabilidade, em volume, refletiu o desempenho desigual da silvicultura entre as Unidades da Federação de maior destaque na atividade, visto que algumas delas apresentaram queda, como Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, enquanto Tocantins destacou-se pelo crescimento acentuado. *Pecuária, inclusive apoio à pecuária*, por sua vez, cresceu 1,8% e foi a única atividade da *Agropecuária* com variação positiva.

A *Indústria* apresentou queda em volume de 0,7%, entre 2018 e 2019, resultado justificado sobretudo pelas *Indústrias extrativas*, cuja retração foi de 9,1%. A queda em volume verificada nas *Indústrias extrativas* explica-se pela extração de minério de ferro, que teve recuo da produção, em 2019, tendo o rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, ocorrido no início daquele ano, contribuído para o resultado. Nas *Indústrias de transformação*, também houve variação negativa em volume, de 0,4%, motivada pelas retrações no refino de petróleo e coque; na fabricação de outros equipamentos de transporte; e na fabricação de produtos químicos, entre outros. Em contrapartida, a *Construção* cresceu 1,9% após cinco anos seguidos de queda. *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* também apresentou variação positiva e cresceu 2,6%, amparada no aumento da geração e do consumo de energia elétrica.

Os *Serviços*, que representavam mais de 70% da economia nacional em 2018, exerceram a maior influência sobre o desempenho do PIB e cresceram 1,5%. Apesar da retração de 0,4% em *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, atividade de maior participação na economia, o resultado em volume das atividades de *Serviços* foi de crescimento, influenciado por *Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares; Atividades imobiliárias; e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*, cujos crescimentos em volume foram de 3,3%, 2,4% e 1,6%, respectivamente.

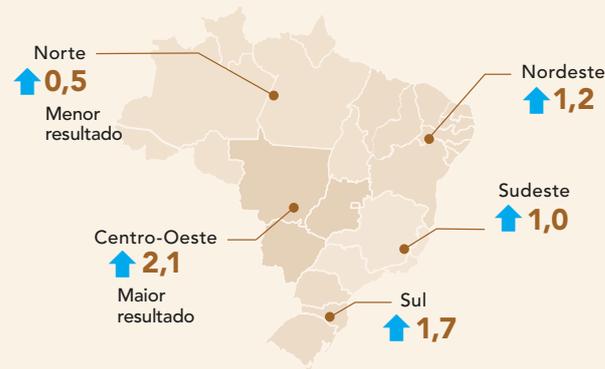
Variação em volume do PIB; impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; e valor adicionado bruto do Brasil (%)

2019



Variação em volume do PIB (%)

2018-2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

No âmbito regional, todas as cinco Grandes Regiões registraram variação positiva em volume. Centro-Oeste apresentou o maior acréscimo (2,1%), tendo contribuído para esse resultado, sobretudo, o Estado de Mato Grosso, mas também o de Goiás e o Distrito Federal, que tiveram desempenho em volume do PIB superior à média nacional em 2019. Por outro lado, a Região Norte obteve a menor taxa, com crescimento de 0,5%, devido ao impacto da redução em volume do Pará (-2,3%), Estado da Região Norte de maior participação na economia brasileira.

A Região Nordeste apresentou a mesma taxa de variação do PIB nacional, e cresceu 1,2%. Sergipe, Ceará, Alagoas e Rio Grande do Norte apresentaram variações superiores à média, enquanto o Piauí foi o único Estado da Região com decréscimo em volume. A Região Sul apresentou crescimento de 1,7% influenciado, principalmente, por Santa Catarina; e a Região Sudeste cresceu 1,0%, em que pesou a queda em volume de 3,8% no Espírito Santo.

Entre as 27 Unidades da Federação, os maiores crescimentos em volume ocorreram nas seguintes: Tocantins (5,2%), Mato Grosso (4,1%), Roraima (3,8%), Santa Catarina (3,8%) e Sergipe (3,6%). O Estado do Tocantins teve crescimento atrelado, em grande medida, à silvicultura, que gerou uma elevação em volume de 278,2% na *Produção florestal, pesca e aquicultura*. Adicionalmente, verificou-se, no

mesmo Estado, a expansão em volume do *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. Em Mato Grosso, houve crescimento de 12,0% em *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, tornando-se a atividade de maior participação em sua economia em 2019, com desempenho amparado nos cultivos de algodão herbáceo e de soja.

Valor corrente, participação percentual, posição relativa e variação em volume do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil 2019

Unidades da Federação	PIB					Variação em volume do Valor Adicionado Bruto (%)			
	Valor corrente (R\$ 1 000 000)	Participação ano anterior (%)	Participação ano corrente (%)	Posição relativa da variação em volume	Variação em volume (%)	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços
Tocantins	39 356	0,5	0,5	1ª	5,2	5,2	31,4	- 4,2	2,2
Mato Grosso	142 122	2,0	1,9	2ª	4,1	3,9	11,5	1,3	2,0
Roraima	14 292	0,2	0,2	3ª	3,8	3,6	4,9	3,4	3,6
Santa Catarina	323 264	4,3	4,4	4ª	3,8	3,4	- 1,2	2,0	4,3
Sergipe	44 689	0,6	0,6	5ª	3,6	3,6	33,2	6,3	1,4
Amapá	17 497	0,2	0,2	6ª	2,3	1,9	0,9	1,6	1,9
Amazonas	108 181	1,4	1,5	7ª	2,3	1,8	- 8,4	1,4	3,3
Goiás	208 672	2,8	2,8	8ª	2,2	2,1	1,4	2,9	1,9
Ceará	163 575	2,2	2,2	9ª	2,1	1,9	9,8	1,7	1,5
Distrito Federal	273 614	3,6	3,7	10ª	2,1	1,9	1,2	4,1	1,8
Alagoas	58 964	0,8	0,8	11ª	1,9	2,2	15,4	- 2,9	0,0
São Paulo	2 348 338	31,6	31,8	12ª	1,7	1,5	0,1	- 0,2	2,0
Rio Grande do Norte	71 337	1,0	1,0	13ª	1,4	1,3	5,5	- 0,7	1,6
13 Unidades da Federação com variações médias do PIB superiores à do Brasil	3 813 901	51,1	51,6		2,1	1,9	5,4	0,5	2,1
Brasil	7 389 131				1,2	1,0	0,4	- 0,7	1,5
14 Unidades da Federação com variações médias do PIB inferiores à do Brasil	3 575 230	48,9	48,4		0,3	0,0	- 2,8	- 1,7	0,8
Pernambuco	197 853	2,7	2,7	14ª	1,1	0,8	7,5	0,5	0,5
Rio Grande do Sul	482 464	6,5	6,5	15ª	1,1	0,8	3,0	0,2	0,8
Rondônia	47 091	0,6	0,6	16ª	1,0	0,8	0,2	1,7	0,7
Paraná	466 377	6,3	6,3	17ª	0,9	0,6	- 8,5	2,2	1,3
Bahia	293 241	4,1	4,0	18ª	0,8	0,6	- 6,9	0,1	1,6
Maranhão	97 340	1,4	1,3	19ª	0,7	0,6	1,6	0,9	0,3
Paraíba	67 986	0,9	0,9	20ª	0,6	0,6	1,3	- 2,2	1,1
Rio de Janeiro	779 928	10,8	10,6	21ª	0,5	0,5	- 2,4	4,7	- 0,9
Acre	15 630	0,2	0,2	22ª	0,2	- 0,2	- 12,7	- 2,9	1,4
Minas Gerais	651 873	8,8	8,8	23ª	0,0	- 0,5	- 3,6	- 6,8	2,2
Mato Grosso do Sul	106 943	1,5	1,4	24ª	- 0,5	- 0,8	- 6,1	- 0,1	0,7
Piauí	52 781	0,7	0,7	25ª	- 0,6	- 0,7	- 4,5	1,9	- 0,6
Pará	178 377	2,3	2,4	26ª	- 2,3	- 3,0	0,3	- 13,2	1,7
Espírito Santo	137 346	2,0	1,9	27ª	- 3,8	- 4,2	- 2,9	- 15,9	1,6

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Em Roraima, as atividades que mais influenciaram o crescimento em volume do PIB foram *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social e Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. Em Santa Catarina, por sua vez, as principais atividades que contribuíram para o crescimento foram *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas e Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares*, cujas elevações foram de 7,5%, cada uma.

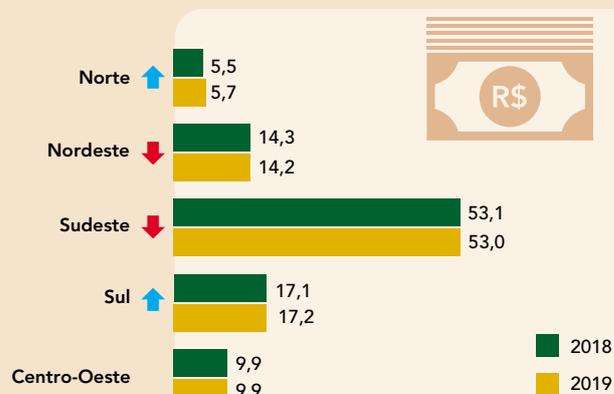
Em Sergipe, o crescimento em volume de 3,6%, em 2019, representou a recuperação da economia do Estado, depois da queda de 1,8% verificada em 2018. A agricultura do Estado de Sergipe foi afetada por condições climáticas adversas em 2018, que afetaram o cultivo de cereais e, além disso, verificou-se redução na geração de energia elétrica. Em 2019, foram justamente as atividades de *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita e Eletricidade e gás, água e esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* que impulsionaram a variação em volume positiva.

As Unidades da Federação com as menores variações em volume do PIB, em 2019, foram: Espírito Santo (-3,8%), Pará (-2,3%), Piauí (-0,6%), Mato Grosso do Sul (-0,5%) e Minas Gerais (0,0%). No Espírito Santo e Pará, a retração em volume esteve diretamente vinculada às *Indústrias extrativas*, visto que ambas tiveram redução na extração de minério de ferro. O Estado do Piauí apresentou queda, sobretudo, em *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita* e em *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. A retração de Mato Grosso do Sul vinculou-se ao decréscimo na cadeia de produção da celulose, segmento de destaque na economia do Estado, somado aos impactos negativos do cultivo de soja e criação de bovinos e suínos. Por fim, em Minas Gerais, a estabilidade também refletiu o cenário de retração da extração de minério de ferro, além do impacto da *Agropecuária*, devido à bienalidade negativa do café.

Evolução das participações no PIB entre 2018 e 2019

Em termos de participação no PIB, entre 2018 e 2019, houve aumento percentual na Região Norte, 0,2 ponto percentual (p.p.), e na Região Sul, 0,1 p.p.; e redução nas Regiões Nordeste (-0,1 p.p.) e Sudeste (-0,1 p.p.); enquanto a Região Centro-Oeste manteve sua participação. Na Região Norte, o ganho relativo foi influenciado pelos Estados do Pará e do Amazonas, em que o primeiro teve aumento nominal do valor adicionado bruto em *Indústrias extrativas*, apesar da redução em volume, devido ao aumento de preços do minério de ferro e à redução de custos na mesma atividade e o segundo teve expansão nas *Indústrias de transformação* e na arrecadação de impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. Na Região Sul, o acréscimo de participação foi resultado da expansão de Santa Catarina, que, conforme verificado em seu desempenho em volume, destacou-se no *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e nas *Indústrias de transformação*.

Participação do PIB das Grandes Regiões no PIB do Brasil (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Entre as Grandes Regiões com perda de participação no período, o Nordeste teve seu peso relativo no PIB nacional reduzido, de 14,3% para 14,2%, em função dos Estados do Maranhão e da Bahia. O Maranhão teve redução relativa nas *Indústrias de transformação*, justificado, em grande medida, pelo segmento da metalurgia. Na Bahia, a perda de participação foi motivada pela atividade de *Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós-colheita*, em que houve queda das produções de soja e milho, e pelos serviços de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Atividades imobiliárias*. A Região Sudeste também teve sua participação reduzida em 0,1 p.p., para o qual contribuíram os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A economia fluminense perdeu participação no PIB nacional, devido às atividades de *Construção e Indústrias de transformação*, além dos serviços de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e *Informação e comunicação*. No Espírito Santo, por sua vez, além do impacto da retração da extração de minério de ferro em *Indústrias extrativas*, observa-se as reduções do valor adicionado bruto em *Indústrias de transformação*, justificado pelos segmentos de fabricação de celulose e metalurgia, e em *Agricultura, inclusive apoio à agricultura a pós-colheita*, em decorrência do cultivo de café (bienalidade negativa).

A Região Centro-Oeste manteve sua participação de 9,9% em relação ao PIB nacional, pois houve uma compensação entre as reduções relativas verificadas em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e o acréscimo de participação do Distrito Federal. Mato Grosso, mesmo com desempenho em volume de seu PIB (4,1%) maior que a média nacional (1,2%), teve perda de participação devido, principalmente, ao *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. Em Mato Grosso do Sul, a perda de participação concentrou-se sobretudo nas *Indústrias de transformação*, com destaque para a fabricação de celulose que reduziu sua produção em 2019. Por sua vez, o acréscimo de participação do Distrito Federal justificou-se por *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* e por *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*.

Depois de apresentar a maior perda de participação entre as Unidades da Federação por dois anos consecutivos, São Paulo registrou aumento de participação, saindo de 31,6% em relação ao total do PIB, em 2018, para 31,8%, em 2019. Os maiores acréscimos de valor adicionado bruto da economia paulista foram no grupo de atividades de *Serviços*, entre elas: *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares*.

Na análise de posição relativa das Unidades da Federação, em termos de participação no PIB, trocaram de posição apenas os Estados do Amazonas e de Mato Grosso do Sul, que, em 2019, ocuparam a 15ª e 16ª posição, respectivamente. As três primeiras colocações, inalteradas em toda a série, pertenceram a São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, nessa ordem. Em seguida, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, aparecem na quarta, quinta e sexta posições, respectivamente. Completando a lista das maiores economias estaduais em 2019, estiveram a Bahia (sétima posição), o Distrito Federal (oitava posição), Goiás (nona posição) e Pernambuco (10ª posição).

Participação percentual e posição relativa do PIB das Unidades da Federação no PIB do Brasil

Unidades da Federação	2018		2019	
	Participação (%)	Posição relativa	Participação (%)	Posição relativa
Rondônia	0,6	22ª	0,6	22ª
Acre	0,2	26ª	0,2	26ª
Amazonas	1,4	16ª	1,5	15ª
Roraima	0,2	27ª	0,2	27ª
Pará	2,3	11ª	2,4	11ª
Amapá	0,2	25ª	0,2	25ª
Tocantins	0,5	24ª	0,5	24ª
Maranhão	1,4	17ª	1,3	17ª
Piauí	0,7	21ª	0,7	21ª
Ceará	2,2	12ª	2,2	12ª
Rio Grande do Norte	1,0	18ª	1,0	18ª
Paraíba	0,9	19ª	0,9	19ª
Pernambuco	2,7	10ª	2,7	10ª
Alagoas	0,8	20ª	0,8	20ª
Sergipe	0,6	23ª	0,6	23ª
Bahia	4,1	7ª	4,0	7ª
Minas Gerais	8,8	3ª	8,8	3ª
Espírito Santo	2,0	14ª	1,9	14ª
Rio de Janeiro	10,8	2ª	10,6	2ª
São Paulo	31,6	1ª	31,8	1ª
Paraná	6,3	5ª	6,3	5ª
Santa Catarina	4,3	6ª	4,4	6ª
Rio Grande do Sul	6,5	4ª	6,5	4ª
Mato Grosso do Sul	1,5	15ª	1,4	16ª
Mato Grosso	2,0	13ª	1,9	13ª
Goiás	2,8	9ª	2,8	9ª
Distrito Federal	3,6	8ª	3,7	8ª

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Análise do período 2002-2019

Desempenho em volume do PIB

Na série 2002-2019, o PIB em volume do Brasil apresentou crescimento médio de 2,3% ao ano (a.a.). Mato Grosso registrou o maior destaque entre as 27 Unidades da Federação, com variação média de 5,0% a.a., seguida por Tocantins, com incremento de 4,9% a.a.; Roraima, com 4,2% a.a.; e Rondônia e Piauí, com 3,8% a.a., cada uma.

O desempenho de Mato Grosso esteve bastante vinculado à *Agropecuária*, devido ao cultivo de algodão e à pecuária. No Tocantins, além do crescimento elevado da *Agropecuária*, destacaram-se os avanços em *Indústrias de transformação* e em *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas*. Em Roraima, verificou-se acréscimo, sobretudo,

em *Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, além do impacto do comércio. Ressalta-se ainda o desempenho da atividade de *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação* entre as maiores variações em volume acumuladas da série para os Estados do Piauí, Roraima, Rondônia e Mato Grosso. Piauí apresentou acréscimo na atividade devido à geração eólica, e Rondônia, Roraima e Mato Grosso tiveram abertura de novas hidrelétricas ao longo desse período.

Na análise por Grandes Regiões, observa-se que todos os Estados das Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram variações em volume do PIB superiores à média nacional no período. Na Região Nordeste, apenas Bahia, Rio Grande do Norte e Sergipe ficaram abaixo do crescimento médio da série do

País. Na Região Sudeste, apenas o Espírito Santo apresentou variação superior à média nacional, com incremento de 2,5% a.a., e na Região Sul, Santa Catarina também cresceu 2,5% a.a., enquanto Paraná e Rio Grande do Sul tiveram desempenhos inferiores à média.

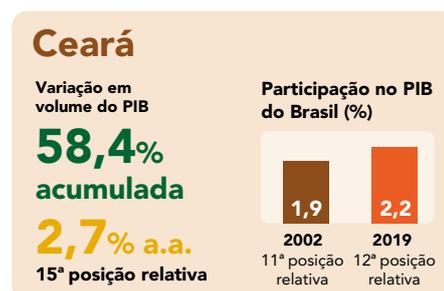
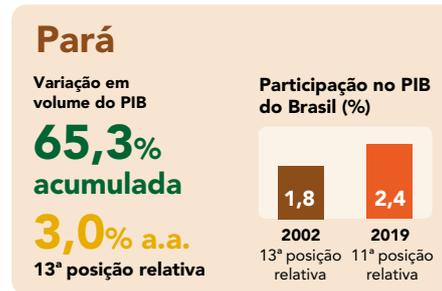
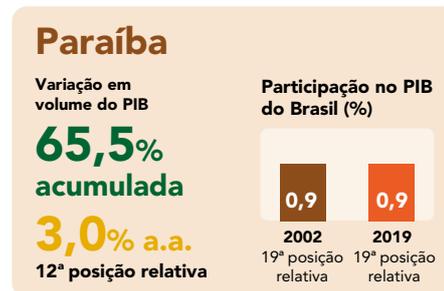
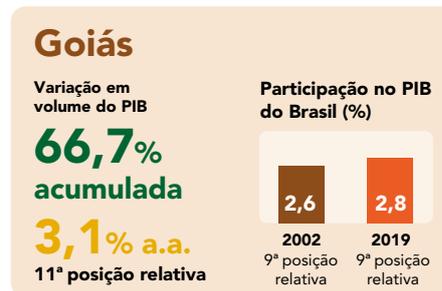
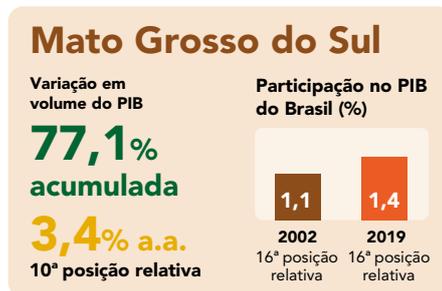
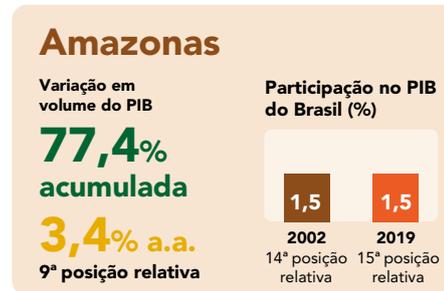
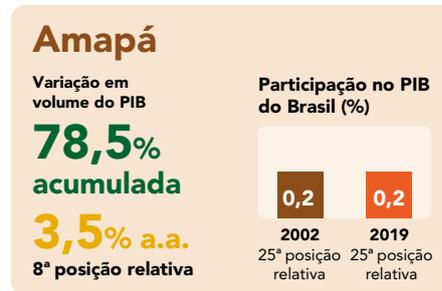
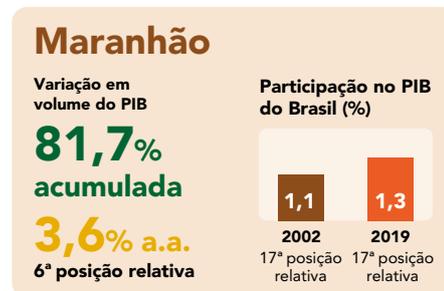
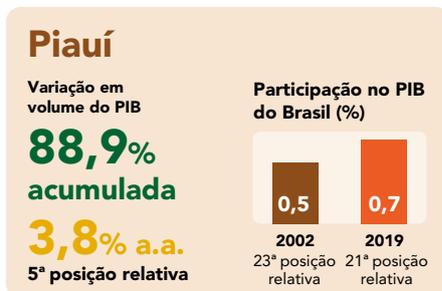
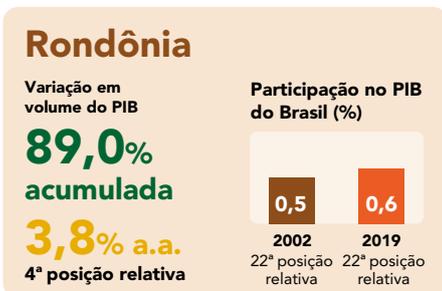
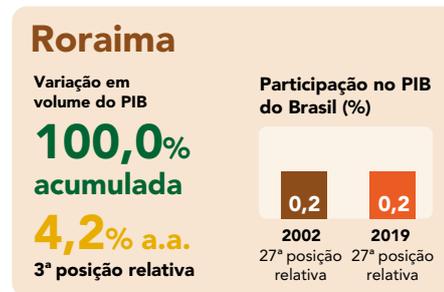
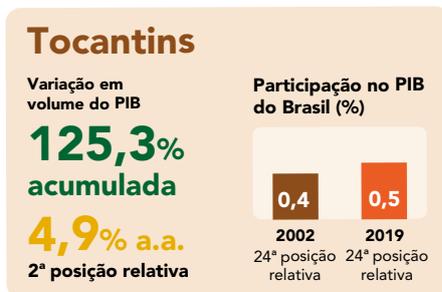
Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro foram as duas Unidades da Federação com as menores variações médias na série, 1,7% a.a. e 1,3% a.a., respectivamente. No Rio Grande do Sul, o desempenho esteve atrelado às *Indústrias de transformação*, atividade de maior participação na economia do Estado, que apresentou variação acumulada negativa. No Rio de Janeiro, destacaram as variações negativas em *Indústrias de transformação* e *Construção* e a variação de *Indústrias extrativas*, que apesar de positiva, foi inferior ao crescimento médio nacional da atividade.

Variações, acumulada e média ao ano, em volume do PIB das Unidades da Federação e respectivas posições relativas no PIB do Brasil

2002/2019

Variação em volume acumulada do Brasil: 46,8%

Variação em volume média ao ano do Brasil: 2,3%



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Santa Catarina

Varição em volume do PIB

53,4%
acumulada

2,5% a.a.

16ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Espírito Santo

Varição em volume do PIB

53,1%
acumulada

2,5% a.a.

17ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Alagoas

Varição em volume do PIB

52,9%
acumulada

2,5% a.a.

18ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Pernambuco

Varição em volume do PIB

50,1%
acumulada

2,4% a.a.

19ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



São Paulo

Varição em volume do PIB

44,0%
acumulada

2,2% a.a.

20ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Paraná

Varição em volume do PIB

44,0%
acumulada

2,2% a.a.

21ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Bahia

Varição em volume do PIB

42,6%
acumulada

2,1% a.a.

22ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Sergipe

Varição em volume do PIB

42,2%
acumulada

2,1% a.a.

23ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Rio Grande do Norte

Varição em volume do PIB

39,7%
acumulada

2,0% a.a.

24ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Minas Gerais

Varição em volume do PIB

38,2%
acumulada

1,9% a.a.

25ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Rio Grande do Sul

Varição em volume do PIB

33,9%
acumulada

1,7% a.a.

26ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Rio de Janeiro

Varição em volume do PIB

25,2%
acumulada

1,3% a.a.

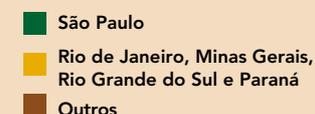
27ª posição relativa

Participação no PIB do Brasil (%)



Concentração econômica

Participação no PIB do Brasil (%)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.
Nota: A série 2002 a 2009 refere-se à série retopolada das Contas Regionais tendo por referência o ano de 2010 e, a partir de 2010, a série é estimada.

Concentração econômica

Em termos de participação no PIB ao longo da série, as Regiões Centro-Oeste e Nordeste registraram os maiores ganhos relativos entre 2002 e 2019, com avanços de 1,3 p.p. e 1,1 p.p., respectivamente. As Regiões Norte e Sul também elevaram suas participações ao longo da série, com acréscimos de 1,0 p.p., cada uma. Com os acréscimos verificados, a Região Norte alcançou 5,7% do total do PIB e a Região Sul teve valor equivalente a 17,2% da economia nacional, o que representou para ambas o maior registro de participação na série. Por outro lado, a Região Sudeste foi a única a reduzir sua participação no período, saindo de 57,4%, em 2002, para 53,0% do PIB, em 2019.

Santa Catarina obteve o maior ganho em participação (0,7 p.p.), resultado influenciado, em grande medida, pelo aumento do valor relativo do Estado nas atividades de *Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas* e pelas *Indústrias de transformação*. Pará e Mato Grosso aparecem na segunda e terceira posições, respectivamente, entre os maiores acréscimos de participação no PIB ao longo da série, com avanço de 0,6 p.p., cada um. No Pará, o aumento de participação justificou-se, sobretudo, pelas atividades de *Indústrias extrativas*, devido à expansão da extração de minério de ferro entre 2002 e 2019, e por *Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*, em que houve impacto das operações da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Na Região Norte, além do Pará, Tocantins e Rondônia também elevaram suas participações no PIB nacional, entre 2002 e 2019, enquanto os demais Estados da Região mantiveram a participação do início da série. Por sua vez, no Centro-Oeste, além de Mato Grosso, todas as demais Unidades da Federação tiveram acréscimos percentuais: Mato Grosso do Sul avançou 0,3 p.p.; Goiás avançou 0,2 p.p.; e o Distrito Federal avançou 0,1 p.p.

Na Região Nordeste, Pernambuco e Ceará destacaram-se com acréscimos de participação de 0,3 p.p., enquanto Maranhão e Piauí avançaram 0,2 p.p., Rio Grande do Norte, 0,1 p.p., e Bahia, Alagoas e Paraíba mantiveram seu valor relativo, na série iniciada em 2002. Sergipe foi o único Estado nordestino a apresentar perda de participação no mesmo período, com retração de 0,1 p.p.

Na Região Sul, além do desempenho de Santa Catarina, observou-se que o Estado do Paraná elevou sua participação, de 5,9%, em 2002, para 6,3%, em 2019, em relação ao PIB nacional. Em contrapartida, o Rio Grande do Sul reduziu sua participação, de 6,6% para 6,5%.

São Paulo e Rio de Janeiro aparecem como as duas Unidades da Federação com maior perda de participação (-3,1 p.p. e -1,8 p.p., respectivamente). Em São Paulo, houve redução relativa principalmente nas atividades de *Indústrias de transformação*, *Agropecuária* e *Construção*. O Rio de Janeiro reduziu sua participação em *Administração*, *defesa, educação e saúde públicas e seguridade social*, *Construção* e *Atividades imobiliárias*. Apesar da redução verificada nesses dois Estados, os mesmos mantiveram-se como os maiores PIBs estaduais em 2019: São Paulo com participação de 31,8% em 2019 (34,9%, em 2002), em relação ao PIB nacional, e Rio de Janeiro com 10,6% (12,4%, em 2002).

Completando a Região Sudeste, Minas Gerais aumentou seu peso na economia nacional, de 8,3% para 8,8%, ao longo da série analisada, e Espírito Santo elevou em 0,1 p.p., alcançando 1,9% de participação em 2019.

PIB per capita²

O PIB *per capita* do Brasil, em 2019, foi R\$ 35 161,70 e apresentou um aumento de 4,7% em valor em relação a 2018 (R\$ 33 593,82). O Distrito Federal manteve-se como a Unidade da Federação com o maior PIB *per capita* brasileiro, com R\$ 90 742,75, o que é cerca de 2,6 vezes maior que o PIB *per capita* do País.

No *ranking* de posição relativa segundo o PIB *per capita*, atesta-se a predominância dos Estados das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste entre as 10 primeiras colocações. No Sudeste, São Paulo figurou na segunda posição; Rio de Janeiro, na terceira; Espírito Santo, na nona; e Minas Gerais, na 10ª. Dentre as 27 Unidades da Federação, apenas Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro mantiveram suas posições ao longo de toda a série. Entre os 10 primeiros colocados de 2019, Minas Gerais subiu três posições em relação a 2002, enquanto Mato Grosso ganhou quatro, e o Espírito Santo caiu da sétima para a nona posição.

Na Região Sul, Santa Catarina, com a quarta posição desse *ranking* – a mesma de 2002, ocupou a maior colocação, muito em função de sua baixa participação relativa da população na comparação aos demais Estados da Região Sul. O Rio Grande do Sul e Paraná, apesar de apresentarem maior participação no PIB, figuraram na quinta e na sexta posições, respectivamente, em termos de PIB *per capita*.

Na Região Centro-Oeste, foi Mato Grosso que mais avançou em posição relativa entre 2002 e 2019, saindo da 11ª para a sétima posição. Ao início da série, o PIB *per capita* mato-grossense representava cerca de 90% do PIB *per capita* nacional, porém, em 2019, alcançou por volta de 116%. Mato Grosso do Sul também registrou PIB *per capita* superior ao nacional em 2019, entretanto sua posição relativa tem oscilado ao longo da série e, em 2019, manteve a posição de 2002 (oitava). Goiás, por sua vez, foi o único Estado do Centro-Oeste com PIB *per capita* menor que o nacional em toda a série, além de ter caído, da 10ª para a 11ª posição, entre 2002 e 2019.

Entre os Estados de menor PIB *per capita* em 2019, Piauí e Maranhão ocuparam a 26ª e a 27ª posições, respectivamente. Abaixo da 20ª colocação no *ranking* de posição relativa, situaram-se, quase exclusivamente, os Estados da Região Nordeste, sendo o Acre, da Região Norte, a única exceção, ocupando o 23º lugar. Entre os Estados do Nordeste de maior posição em relação ao PIB *per capita*, ficaram Pernambuco (17ª), Rio Grande do Norte (19ª) e Bahia (20ª): todos elevaram sua razão PIB *per capita* entre 2002 e 2019. Entretanto, somente Pernambuco elevou seu posto no *ranking* de PIB

² Considerou-se a população residente estimada para 1º de julho 2019, segundo as Unidades da Federação, enviada pelo IBGE ao Tribunal de Contas da União - TCU.

per capita, avançando duas posições, enquanto a Bahia permaneceu na mesma colocação de 2002 e o Rio Grande do Norte perdeu uma posição.

Na Região Norte, Rondônia registrou a maior posição (12ª), com razão de PIB per capita de 0,8 em 2019 (0,6, em 2002), e o

Tocantins foi o Estado que mais avançou, saindo do 21º para o 14º lugar, no período. Amazonas, apesar de ocupar a 13ª colocação em 2019, a frente do Tocantins, apresentou redução da razão do PIB per capita ao longo da série, perdendo, assim quatro posições: era o nono colocado em 2002.

Valor corrente e posição relativa do PIB per capita das Unidades da Federação e razão entre este e o PIB per capita do Brasil

■ 2019 ■ 2002

Unidades da Federação	PIB per capita		Razão entre o PIB per capita das Unidades da Federação e o PIB per capita do Brasil	Unidades da Federação	PIB per capita		Razão entre o PIB per capita das Unidades da Federação e o PIB per capita do Brasil
	Valor corrente (R\$)	Posição relativa			Valor corrente (R\$)	Posição relativa	
Distrito Federal	90 742,75	1ª	2,6	Tocantins	25 021,80	14ª	0,7
	24 721,18	1ª	2,9		4 344,12	21ª	0,5
São Paulo	51 140,82	2ª	1,5	Roraima	23 593,84	15ª	0,7
	13 443,91	2ª	1,6		6 736,70	12ª	0,8
Rio de Janeiro	45 174,08	3ª	1,3	Pará	20 734,60	16ª	0,6
	12 414,77	3ª	1,5		4 043,64	22ª	0,5
Santa Catarina	45 118,41	4ª	1,3	Pernambuco	20 702,30	17ª	0,6
	9 745,87	4ª	1,2		4 426,56	19ª	0,5
Rio Grande do Sul	42 406,09	5ª	1,2	Amapá	20 688,21	18ª	0,6
	9 423,79	5ª	1,1		5 977,03	14ª	0,7
Paraná	40 788,77	6ª	1,2	Rio Grande do Norte	20 342,11	19ª	0,6
	8 927,46	6ª	1,1		4 709,83	18ª	0,6
Mato Grosso	40 787,32	7ª	1,2	Bahia	19 716,21	20ª	0,6
	7 265,37	11ª	0,9		4 388,28	20ª	0,5
Mato Grosso do Sul	38 482,83	8ª	1,1	Sergipe	19 441,23	21ª	0,6
	7 599,05	8ª	0,9		5 529,80	15ª	0,7
BRASIL	35 161,70		1,0	Ceará	17 912,17	22ª	0,5
	8 440,27		1,0		3 712,24	24ª	0,4
Espírito Santo	34 177,05	9ª	1,0	Acre	17 722,41	23ª	0,5
	8 348,80	7ª	1,0		4 876,17	17ª	0,6
Minas Gerais	30 794,04	10ª	0,9	Alagoas	17 667,79	24ª	0,5
	6 703,46	13ª	0,8		3 962,88	23ª	0,5
Goiás	29 732,40	11ª	0,8	Paraíba	16 919,84	25ª	0,5
	7 307,95	10ª	0,9		3 627,98	25ª	0,4
Rondônia	26 497,12	12ª	0,8	Piauí	16 125,00	26ª	0,5
	5 147,41	16ª	0,6		2 440,70	27ª	0,3
Amazonas	26 101,72	13ª	0,7	Maranhão	13 757,94	27ª	0,4
	7 353,15	9ª	0,9		2 718,05	26ª	0,3

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Na comparação do desempenho das Unidades da Federação, é preciso destacar que a Região Nordeste tem participações na população relativamente mais altas que suas participações no PIB. Assim, devido à concentração populacional, Estados de maior participação no PIB, como Pernambuco, Bahia e Ceará, registraram valores de PIB *per capita* inferiores aos de Estados com PIB menor, como Rondônia, Roraima e Tocantins.

Na análise por Grandes Regiões, ao verificar a distribuição regional da população e do PIB, percebe-se que a Região Sudeste, apesar de concentrar mais de 40% da população brasileira, registrou PIB

per capita relativamente alto, visto que seu peso no PIB nacional é maior do que o peso na população. Na Região Nordeste, a participação da população em relação ao total da população brasileira foi 27,9% em 2002, o que representou mais do que o dobro de sua participação no PIB daquele ano, discrepância essa que foi reduzida até 2019, mas o comportamento se manteve. Na Região Norte, verifica-se que a participação da população também foi superior à do PIB, entre 2002 e 2019.

O Centro-Oeste apresentou a maior razão em 2019 (1,28), influenciado, principalmente, pelo Distrito Federal, seguido

pelo Sudeste (1,26). O ganho ou perda de participação no PIB explica as alterações da razão: no Sudeste, a redução da razão entre 2002 e 2019 relaciona-se às perdas de participação de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto, no Centro-Oeste, houve aumento ao longo da série, devido aos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

As Regiões Norte e Nordeste, apesar de apresentarem as menores razões de PIB *per capita*, aproximaram-se da média nacional ao longo da série. Isso ocorreu em virtude da variação de suas participações no PIB, que avançaram mais que suas participações no total da população brasileira.

Participação no PIB e na população do Brasil, razão entre essas participações e respectivas diferenças, segundo as Grandes Regiões

Grandes Regiões	Participação no PIB do Brasil (%)		Participação na população do Brasil (%)		Razão entre a participação no PIB e a participação na população do Brasil		Diferença das participações na população do Brasil 2002/2019	Diferença das participações no PIB do Brasil 2002/2019	Diferença das razões entre as participações no PIB e na população do Brasil 2002/2019
	2002	2019	2002	2019	2002	2019			
Norte	4,7	5,7	7,8	8,8	0,60	0,65	1,0	1,0	0,05
Nordeste	13,1	14,2	27,9	27,2	0,47	0,52	-0,7	1,1	0,05
Sudeste	57,4	53,0	42,6	42,1	1,35	1,26	-0,5	-4,4	-0,09
Sul	16,2	17,2	14,7	14,3	1,10	1,21	-0,4	1,0	0,10
Centro-Oeste	8,6	9,9	7,0	7,8	1,24	1,28	0,8	1,3	0,04
Centro-Oeste exceto DF	5,0	6,2	5,7	6,3	0,87	0,98	0,6	1,2	0,11

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

PIB pela ótica da renda

O SCR passou a incorporar a estimativa do PIB pela ótica da renda em 2010, permitindo, assim, observar os rendimentos dos fatores de produção utilizados no processo produtivo por Unidade da Federação. Na série estimada (2010-2019), a remuneração dos empregados, principal componente da renda, atingiu sua maior participação no PIB em 2016 (44,7%), e, desde então, vem registrando sucessivas quedas em sua participação: em 2019 passou a representar 43,5%, mesma participação de 2014. A perda de participação ocorrida a partir de 2017 relaciona-se ao crescimento nominal (14,8%) desse componente, infe-

rior aos demais componentes nessa ótica entre 2016 e 2019: impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação (23,4%) e do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto (19,2%).

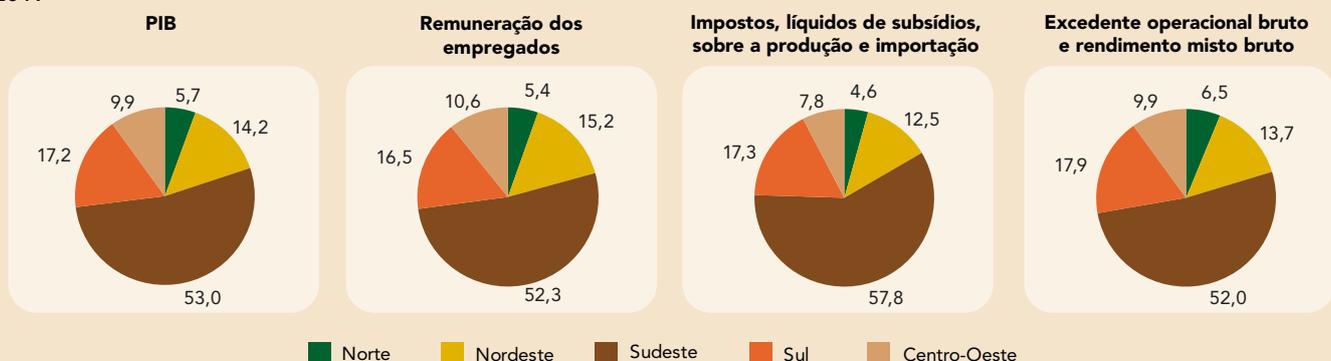
Entre 2018 e 2019, o excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto elevou em 0,3 p.p. sua participação no PIB, justificado pelo aumento em valor de atividades intensivas em capital na *Indústria* (principalmente *Indústrias extrativas e Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação*) e pelo crescimento do rendimento misto

bruto dos trabalhadores autônomos nos *Serviços* (em especial em *Transporte, armazenagem e correio* e nas *Atividades imobiliárias*). Os impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e importação, por sua vez, perderam 0,2 p.p. de participação.

Na análise por Grandes Regiões, observa-se que as Regiões Nordeste e Centro-Oeste foram as que mais contribuíram para a perda da participação das remunerações dos empregados no âmbito nacional, tendo apresentado variações nominais, respectivamente, de 4,6% e 4,2%, inferiores a observada na média nacional (5,3%).

Participação das Grandes Regiões nos componentes do PIB pela ótica da renda (%)

2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Na Região Centro-Oeste, as remunerações dos empregados perderam participação em relação ao total de seu PIB (47,1%, em 2018 para 46,7%, em 2019), mas mantiveram-se como o componente de maior participação na Região. A participação relativamente alta da remuneração dos empregados nessa Região é justificada, em grande medida, pelo destaque dos serviços de administração pública, atividade intensiva em mão de obra, na economia do Distrito Federal. No Nordeste, embora as remunerações tenham elevado a participação no total do seu PIB, nacionalmente a Região perdeu peso, visto que, em 2018, representava 15,3% e passou a 15,2%, em 2019, do total das remunerações. Piauí e Ceará, com variações nominais de 5,8% e 5,9%, respectivamente, foram os únicos Estados do Nordeste com variação superior à verificada no Brasil (5,3%).

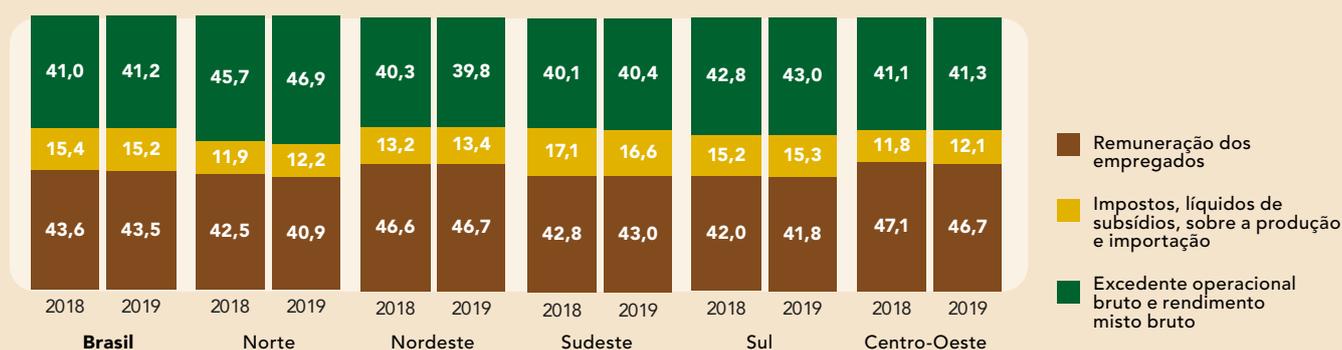
O ganho de participação do excedente operacional bruto mais rendimento misto, entre 2018 e 2019, de 0,3 p.p., justifica-se pelo desempenho das Regiões Norte, Sudeste e Sul, com variações de 11,4%, 6,2% e 6,9%, respectivamente. O resultado da Região Norte foi influenciado pelo Estado do Pará, em virtude do aumento relativo dos preços do minério de ferro, entre 2018 e 2019, e no Sudeste,

por São Paulo, devido às atividades imobiliárias e atividades financeiras. Na Região Sul, destacou-se o aumento relativo desse componente no Paraná devido à expansão da indústria automobilística, intensiva em capital. A Região Nordeste destoou do desempenho médio nacional e, com uma variação de 3,1%, esse componente registrou queda de 0,4 p.p. de participação em sua economia, muito em função dos Estados do Maranhão e Bahia.

Na comparação regional da distribuição do PIB entre os componentes da renda, as Regiões Norte e Nordeste predominam entre os Estados com as maiores participações da remuneração dos empregados. Acre, Roraima, Amapá e Paraíba evidenciaram, todos deles, mais de 50% de seus respectivos PIBs voltados para a remuneração dos empregados, o que se vincula ao perfil econômico marcado pela alta participação das atividades de *Serviços*, notadamente os serviços públicos. No Nordeste, Alagoas, com participação da remuneração dos empregados de 44,1%, em 2019, foi a única Unidade da Federação onde esse componente não foi o de maior valor relativo no PIB – o peso do excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto foi de 45,1%.

Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda, segundo as Grandes Regiões (%)

2018-2019



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

A Região Sul, a segunda de maior participação no PIB, destacou-se pelo relativo equilíbrio entre os componentes remuneração dos empregados e excedente operacional bruto mais o rendimento misto bruto, que corresponderam a 41,8% e 43,0% da Região, respectivamente. Santa Catarina foi o único entre os três Estados da Região Sul com participação da remuneração dos

empregados (43,6%) superior à média nacional (43,5%) em 2019, mesmo com o peso da *Indústria* relativamente superior na economia desse Estado, quando comparado ao Paraná e ao Rio Grande do Sul, pois esses dois Estados possuem segmentos mais intensivos em capital nas *Indústrias de transformação* do que a economia catarinense. ■

Participação das Unidades da Federação nos componentes do PIB e dos componentes do PIB pela ótica da renda, segundo as Unidades da Federação (%)

2019

Unidades da Federação	Participação das Unidades da Federação no Brasil (%)			Participação dos componentes do PIB pela ótica da renda (%)		
	Remuneração dos empregados	Impostos, líquidos e subsídios, sobre a produção e importação	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto	Remuneração dos empregados	Impostos, líquidos e subsídios, sobre a produção e importação	Excedente operacional bruto e rendimento misto bruto
Brasil	100,0	100,0	100,0	43,5	15,2	41,2
Rondônia	0,7	0,5	0,7	45,0	11,7	43,3
Acre	0,3	0,2	0,2	52,0	11,1	36,9
Amazonas	1,3	1,7	1,6	38,6	17,6	43,8
Roraima	0,3	0,1	0,2	56,6	9,5	33,9
Pará	2,0	1,6	3,1	36,8	10,2	53,0
Amapá	0,3	0,1	0,2	55,9	7,3	36,8
Tocantins	0,5	0,4	0,6	44,6	10,4	45,0
Maranhão	1,3	1,2	1,3	44,3	14,2	41,5
Piauí	0,8	0,5	0,7	49,5	11,4	39,2
Ceará	2,5	2,0	2,0	49,1	13,5	37,4
Rio Grande do Norte	1,1	0,7	0,9	48,1	11,4	40,6
Paraíba	1,1	0,7	0,8	51,6	12,2	36,2
Pernambuco	2,8	2,8	2,5	45,9	15,7	38,4
Alagoas	0,8	0,6	0,9	44,1	10,8	45,1
Sergipe	0,7	0,5	0,6	49,3	11,6	39,1
Bahia	4,1	3,6	4,0	44,9	13,6	41,4
Minas Gerais	8,8	7,9	9,2	43,5	13,6	42,9
Espírito Santo	1,7	2,2	1,9	39,6	17,7	42,8
Rio de Janeiro	10,5	11,4	10,3	43,4	16,4	40,2
São Paulo	31,3	36,3	30,6	42,9	17,4	39,7
Paraná	6,0	5,9	6,8	41,3	14,3	44,4
Santa Catarina	4,4	5,3	4,0	43,6	18,4	38,0
Rio Grande do Sul	6,1	6,0	7,1	41,0	14,1	44,9
Mato Grosso do Sul	1,4	1,1	1,6	41,7	12,0	46,2
Mato Grosso	1,7	1,5	2,4	37,9	11,6	50,4
Goiás	2,8	2,3	3,0	43,5	12,4	44,1
Distrito Federal	4,7	2,9	2,9	55,5	12,0	32,5

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Expediente

Elaboração do texto

Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas Nacionais

Normalização textual

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gerência de Editoração

Imagens fotográficas

Freepik

Impressão

Centro de Documentação e Disseminação de Informações, Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de resultados, notas técnicas e demais informações sobre a pesquisa

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>>